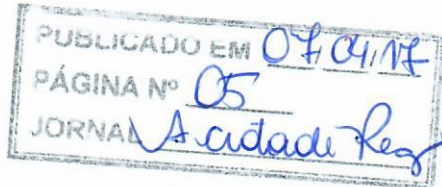




**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91

**LEI Nº 1.475, DE 05 DE ABRIL DE 2017.**



***Súmula:** Dispõe sobre a criação, composição, atribuições e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, cria o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.*

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

**DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**Art. 1º** - Fica criado no município de São Sebastião da Amoreira o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, órgão colegiado de caráter permanente, propositivo, deliberativo e fiscalizador, de composição paritária entre representantes governamentais e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal Assistência Social, que lhe dará apoio administrativo assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento através de um fundo específico, tendo tal conselho esta finalidade e competência:

- I** - As atribuições propositivas que advêm da competência de formular recomendações e orientações às instituições e órgãos públicos afins.
- II** - As ações deliberativas que implicam em atos decisórios de aprovação e devem ser expressas na forma de resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- III** - As ações relacionadas à fiscalização visando garantir o cumprimento de padrões e normas legais dos direitos das pessoas com deficiência.
- IV** - Formular e encaminhar propostas junto à Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, bem como assessorar e acompanhar a implementação de políticas de interesse das pessoas com deficiência;
- V** - Promover e apoiar atividades que contribuam para a efetiva integração cultural, econômica, social e política das pessoas com deficiência, garantindo a representação destas pessoas em Conselhos Municipais, nas áreas afins;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91

- VI** - Colaborar na defesa dos direitos das pessoas com deficiências, por todos os meios legais que se fizerem necessários;
- VII** - Receber, examinar e efetuar, junto aos órgãos competentes, denúncias acerca de fatos e ocorrências envolvendo práticas discriminatórias;
- VIII** – Acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;
- IX** - Aprovar seu Regimento Interno.
- Art. 2º** - Para a consecução de seus objetivos caberá, ainda, ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:
- I** - Estimular, apoiar e desenvolver estudos e diagnósticos acerca das situações e da problemática das pessoas com deficiências, no âmbito do município de São Sebastião da Amoreira;
- II** - Formular políticas municipais de atendimento à pessoa com deficiência, de forma articulada com as Secretarias ou demais órgãos da Administração Municipal envolvidos;
- III** - Traçar diretrizes, em seu campo de atuação, para a Administração Municipal Direta e Indireta e, de modo subsidiário e indicativo, para o setor privado;
- IV** - Elaborar e divulgar, por meios diversos, material sobre a situação econômica, social, política e cultural das pessoas com deficiência, seus direitos e garantias, assim como difundir textos de natureza educativa e denunciar práticas, atos ou meios que, direta ou indiretamente, incentivem ou revelem a sua discriminação ou, ainda, restrinjam o seu papel social;
- V** - Estabelecer, com as Secretarias afins, programas de formação e treinamento dos servidores públicos municipais, objetivando a supressão de práticas discriminatórias nas relações entre os profissionais e entre estes e a população em geral;
- VI** - Propor, nas áreas que concernem às questões específicas, a celebração de convênios de assessoria das pessoas com deficiência, com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos;
- VII** - Elaborar e executar projetos ou programas concernentes às condições das pessoas com deficiência que, por sua temática, complexidade ou caráter inovador, não possam, de forma imediata, ser incorporadas por outras Secretarias e demais órgãos da Administração Municipal;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA  
ESTADO DO PARANÁ**

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91

**VIII** - Propor e acompanhar programas ou serviços que, no âmbito da Administração Municipal, sejam destinados ao atendimento das pessoas com deficiência, através de medidas de aperfeiçoamento de coleta de dados para finalidade de ordem estatística;

**IX** - gerenciar os elementos necessários ao desenvolvimento do trabalho do Conselho.

**Art. 3º** - Para os efeitos desta Lei considera-se, de acordo com o Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015, que instituiu a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) que dispõe sobre a política nacional, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, publicada no diário oficial da união em 07 de julho de 2015:

**I** - Deficiência: toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

**II** - deficiência permanente: aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos;

**III** - incapacidade: uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

**Art. 4º** - Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

**I** - Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membros, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções;

**II** - deficiência auditiva: perda parcial ou total das possibilidades auditivas, sonoras, variando de graus e níveis de surdes;

**III** - deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,5 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91

somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

**IV** - deficiência intelectual: funcionamento intelectual significativamente inferior a média e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho;

**V** – Surdocegueira: compreende a perda concomitante da audição e da visão.

**VI** – Autismo: Comprometimento global do desenvolvimento.

**VII** – Condutas Típicas: comprometimento psicossocial com características específicas ou combinadas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos e/ou psiquiátricos.

**VIII** – Deficiência múltipla: Associação de duas ou mais deficiências.

**Art. 5º** - O Conselho Municipal estrutura-se basicamente através de:

**I** - Conferências bianuais de pessoas com deficiência;

**II** - Assembleia geral (ordinárias ou extraordinárias);

**III** - Mesa diretora;

**IV** - Grupos de trabalho;

**V** - Secretaria executiva.

**Art. 6º** - Bianualmente, será realizado a Conferência Municipal de Pessoas com Deficiência, instância máxima de deliberação do Conselho, para definição ou reavaliação de propostas, questões regimentais e eleição dos membros do Conselho e de seus suplentes.

**Art. 7º** - Será realizada uma reunião ordinária mensal, cuja pauta será definida pela Mesa Diretora, na forma de seu Regimento Interno, com a finalidade de avaliar, propor e encaminhar às ações do Conselho, em concordância com as conferências municipais de pessoas com deficiência.

**Art. 8º** - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Sebastião da Amoreira tem a seguinte composição:

Oito (8) integrantes titulares e oito (8) integrantes suplentes, sendo quatro (4) representantes da sociedade civil e quatro (4) representantes do poder público municipal, como titulares e igual número de suplentes.

**I** - Representação do poder público municipal, titulares e respectivos suplentes:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Rua Papa João XXII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91

- a) um (01) da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) um (01) da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) um (01) da Secretaria Municipal de Educação;
- d) um (01) do departamento de tesouraria;

**II - Representação da sociedade civil:**

- a) dois (02) representantes de pessoas com deficiência;
- b) dois (02) representantes de entidade de fins lucrativos que atende o público em questão.

Parágrafo único. Considera-se entidade de e para pessoa com deficiência, a entidade legalmente constituída há mais de 01 (um) ano e declarada de utilidade pública no município de São Sebastião da Amoreira.

**Art. 9º** - A Mesa Diretora será eleita pelos conselheiros em assembleia convocada para este fim, pelo voto da maioria de seus integrantes, na forma prevista em Regimento Interno, com a seguinte composição:

- Presidente;
- Vice-Presidente;
- 1º Secretário;
- 2º Secretário;
- Tesoureiro.

Parágrafo único. O Conselho será administrado pela Mesa Diretora.

**Art. 10** - À Mesa Diretora competirá:

**I** - Elaborar e definir a programação geral do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;

**II** - Incentivar e garantir a integração de todas as equipes na definição das diretrizes políticas e da programação geral do Conselho;

**III** - Propor a estrutura administrativa do Conselho;

**IV** - Articular os programas de implantação de projetos com os programas das diversas Secretarias, Autarquias e Empresas Municipais;

**V** - Propor, incentivar, assessorar e acompanhar iniciativas que concernem às questões das pessoas portadoras de deficiência;

**VI** - Elaborar o Regimento Interno do Conselho;

**VII** - Convocar as conferências municipais de pessoas com deficiência e as reuniões plenárias mensais do Conselho, definido as pautas concernentes a tais eventos, na forma de seu Regimento Interno.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91

§ 1º A convocação de encontros e reuniões plenárias mensais será enviada a todas as entidades que compõem a Assembléia Geral e o aviso afixado na sede do Conselho com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência de sua realização.

§ 2º As conferências municipais de pessoas com deficiência e as reuniões plenárias mensais serão abertas à participação de todas as pessoas interessadas, nos termos da legislação vigente, da lei de criação do Conselho e Regimento Interno.

**Art. 11** - Aos Grupos de Trabalho - GTs, competirá:

**I** - Fornecer subsídios às políticas de implantação de projetos e demais políticas de ação de que trata esta lei, na respectiva área;

**II** - Participar da programação geral do Conselho;

**III** - Elaborar estudos, diagnósticos e subsidiar o órgão oficial de divulgação do CMPD, conforme definido pelo seu Regimento Interno.

Parágrafo único. A atuação dos Grupos de Trabalho compreenderá todas as áreas que direta ou indiretamente afete a pessoa com deficiência.

**Art. 12** - Grupos de Trabalho - GTs, serão compostos por:

**I** - Coordenador;

**II** - Coordenador substituto;

**III** - Demais interessados, devidamente cadastrados.

**Parágrafo único.** As formas de estruturação e composição dos Grupos de Trabalho serão definidas pelo Regimento Interno do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

**Art. 13** - A Secretaria Executiva é órgão de apoio técnico e administrativo do Conselho e terá suas atribuições definidas no Regimento Interno e atuará também seguindo a orientação da Mesa Diretora.

**Art. 14** - Decreto do Chefe do Poder Executivo organizará a estrutura e o quadro de pessoal do Conselho a fim de compor a sua Secretaria Executiva, bem como fará sua nomeação.

**Art. 15** - O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução.

**Art. 16** - As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, sendo considerado serviço público relevante para a comunidade.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91

**Art. 17** - Os casos de impedimentos e substituição dos conselheiros, bem como os motivos relevantes que possam determinar tais providências a serem apreciadas em reunião ampla, serão disciplinados pelo Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**Art. 18** - Os conselheiros e suplentes representantes do poder público municipal serão indicados de livre escolha pelo Prefeito Municipal.

**Art. 19** - Os conselheiros titulares e suplentes representantes da sociedade civil organizada, serão escolhidos em fórum próprio, na forma que dispuser o seu Regimento Interno.

**Art. 20** - Os conselheiros, titulares e suplentes, representantes do poder público municipal e da sociedade civil, serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e empossados pelo titular da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 21** - Serão substituídos os conselheiros que, em reuniões ordinárias, registrarem 03 (três) faltas consecutivas ou 06 (seis) alternadas não justificadas, ou por outro impedimento previsto em Lei.

**Art. 22** - O apoio técnico e administrativo para o exercício das atividades do Conselho, incluindo a disponibilização de intérpretes de sinais, quando necessário, será prestado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 23** - Para o atendimento imediato das despesas de manutenção e instalação deste Conselho, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar créditos dentro do orçamento, no exercício da criação do Conselho.

**Art. 24** - O Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias da data de vigência desta Lei, nomeará uma comissão provisória para administrar o Conselho e propor o Regimento Interno para as eleições de conselheiros representantes da sociedade civil no Conselho, para a nomeação prevista nesta Lei.

§ 1º Esta comissão provisória será composta de 04 (quatro) integrantes, sendo 02 (dois) indicados por entidades representativas da sociedade civil e 02 (dois) de representação governamental e administrará o Conselho até que sejam nomeados e empossados os conselheiros, na forma da Lei.

§ 2º A comissão provisória terá o prazo de 02 (dois) meses da sua nomeação para apresentar proposta do Regimento Interno para as eleições de conselheiros representantes da sociedade civil, que deverão ser realizadas no prazo máximo de 04 (quatro) meses da vigência desta Lei.

**Art. 25** - Caberá ao Conselho, no prazo de 120 (cento e vinte) dias da sua posse, elaborar seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado por 2/3 (dois terços) dos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91

integrantes do Conselho e submetido à aprovação do Prefeito Municipal, que emitirá decreto para este fim.

**Art. 26** - As deliberações do Conselho, em suas várias instâncias, serão lavradas atas a serem registradas em livro próprio, emitidas resoluções, quando aplicável, e dada publicidade, sendo afixadas em quadro na sede do Conselho pelo prazo de 15 (quinze) dias da sua emissão e, quando solicitadas, disponibilizadas ao público em geral.

**Art. 27** - Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades aprovados pelo Conselho Municipal de Direitos da pessoa com deficiência.

**§1º.** Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação “Fundo Municipal dos Direitos da pessoa com deficiência”, para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, bimestralmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após apresentação e aprovação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

**§2º.** A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

**§3º.** Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social gerir o Fundo Municipal de Direitos da pessoa com deficiência, sob a orientação e controle do Conselho Municipal dos direitos da pessoa com deficiência, cabendo ao seu titular:

**I** – Solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal dos direitos da pessoa com deficiência;

**II** – Submeter ao Conselho Municipal dos direitos da pessoa com deficiência demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;

**III** – Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

**IV** – Outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

**Art. 28** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 05 de abril de 2.017.

  
**ADEMIR LOURENÇO GOUVEIA**  
Prefeito Municipal

# Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira - Estado do Paraná

## LEI Nº 1.475, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

Stímulo: Dispõe sobre a criação, composição, atribuições e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, cria o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

### DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 1º - Fica criado no município de São Sebastião da Amoreira o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, órgão colegiado de caráter permanente, propositivo, deliberativo e fiscalizador, órgão colegiado de caráter permanente, propositivo, deliberativo e fiscalizador, de composição paritária entre representantes governamentais e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal Assistência Social, que lhe dará apoio administrativo assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento através de um fundo específico, tendo tal conselho esta finalidade e competência:

I - As atribuições propositivas que advêm da competência de formular recomendações e orientações às instituições e órgãos públicos afins.

II - As ações deliberativas que implicam em atos decisórios de aprovação e devem ser expressas na forma de resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

III - As ações relacionadas à fiscalização visando garantir o cumprimento de padrões e normas legais dos direitos das pessoas com deficiência.

IV - Formular e encaminhar propostas junto à Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, bem como assessorar e acompanhar a implementação de políticas de interesse das pessoas com deficiência;

V - Promover e apoiar atividades que contribuam para a efetiva integração cultural, econômica, social e política das pessoas com deficiência, garantindo a representação destas pessoas em Conselhos Municipais, nas áreas afins;

VI - Colaborar na defesa dos direitos das pessoas com deficiências, por todos os meios legais que se fizerem necessários;

VII - Receber, examinar e efetuar, junto aos órgãos competentes, denúncias acerca de fatos e ocorrências envolvendo práticas discriminatórias;

VIII - Acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência.

IX - Aprovar seu Regimento Interno.

Art. 2º - Para a consecução de seus objetivos caberá, ainda, ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I - Estimular, apoiar e desenvolver estudos e diagnósticos acerca das situações e da problemática das pessoas com deficiências, no âmbito do município de São Sebastião da Amoreira;

II - Formular políticas municipais de atendimento à pessoa com deficiência, de forma articulada com as Secretarias ou demais órgãos da Administração Municipal envolvidos;

III - Traçar diretrizes, em seu campo de atuação, para a Administração Municipal Direta e Indireta e, de modo subsidiário e indicativo, para o setor privado;

IV - Elaborar e divulgar, por meios diversos, material sobre a situação econômica, social, política e cultural das pessoas com deficiência, seus direitos e garantias, assim como difundir textos de natureza educativa e denunciar práticas, atos ou meios que, direta ou indiretamente, incutem ou revelem a sua discriminação ou, ainda, restrinjam o seu papel social;

V - Estabelecer, com as Secretarias afins, programas de formação e treinamento dos servidores públicos municipais, objetivando a supressão de práticas discriminatórias nas relações entre os profissionais e entre estes e a população em geral;

VI - Propor, nas áreas que concernem às questões específicas, a celebração de convênios de assessoria das pessoas com deficiência, com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos;

VII - Elaborar e executar projetos ou programas concernentes às condições das pessoas com deficiência que, por sua temática, complexidade ou caráter inovador, não possam, de forma imediata, ser incorporadas por outras Secretarias e demais órgãos da Administração Municipal;

VIII - Propor e acompanhar programas ou serviços que, no âmbito da Administração Municipal, sejam destinados ao atendimento das pessoas com deficiência, através de medidas de aperfeiçoamento de coleta de dados para finalidade de ordem estatística;

IX - Gerenciar os elementos necessários ao desenvolvimento do trabalho do Conselho.

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei considera-se, de acordo com o Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) que dispõe sobre a política nacional, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, publicada no diário oficial da União em 07 de julho de 2015:

I - Deficiência: toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - Deficiência permanente: aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação;

III - Deficiência transitória: aquela que ocorre ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação;

IV - Deficiência múltipla: aquela que ocorre ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação;

V - Deficiência intelectual: aquela que ocorre ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação;

VI - Deficiência física: aquela que ocorre ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação;

VII - Deficiência sensorial: aquela que ocorre ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação;

políticas e da programação geral do Conselho;

III - Propor a estrutura administrativa do Conselho;

IV - Articular os programas de implantação de projetos com os programas das diversas Secretarias, Autarquias e Empresas Municipais;

V - Propor, incentivar, assessorar e acompanhar iniciativas que concernem às questões das pessoas portadoras de deficiência;

VI - Elaborar o Regimento Interno do Conselho;

VII - Convocar as conferências municipais de pessoas com deficiência e as reuniões plenárias mensais do Conselho, definido as pautas concernentes a tais eventos, na forma de seu Regimento Interno.

§ 1º A convocação de encontros e reuniões plenárias mensais será enviada a todas as entidades que compõem a Assembléia Geral e o aviso afixado na sede do Conselho com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência de sua realização.

§ 2º As conferências municipais de pessoas com deficiência e as reuniões plenárias mensais serão abertas à participação de todas as pessoas interessadas, nos termos da legislação vigente, da lei de criação do Conselho e Regimento Interno.

Art. 11 - Aos Grupos de Trabalho - GTs, competirá:

I - Fornecer subsídios às políticas de implantação de projetos e demais políticas de ação de que trata esta lei, na respectiva área;

II - Participar da programação geral do Conselho;

III - Elaborar estudos, diagnósticos e subsidiar o órgão oficial de divulgação do CMPD, conforme definido pelo seu Regimento Interno.

Parágrafo único. A atuação dos Grupos de Trabalho compreenderá todas as áreas que direta ou indiretamente afete a pessoa com deficiência.

Art. 12 - Grupos de Trabalho - GTs, serão compostos por:

I - Coordenador;

II - Coordenador substituto;

III - Demais interessados, devidamente cadastrados.

Parágrafo único. As formas de estruturação e composição dos Grupos de Trabalho serão definidas pelo Regimento Interno do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

Art. 13 - A Secretaria Executiva é órgão de apoio técnico e administrativo do Conselho e terá suas atribuições definidas no Regimento Interno e atuará também segundo a orientação da Mesa Diretora.

Art. 14 - Decreto do Chefe do Poder Executivo organizará a estrutura e o quadro de pessoal do Conselho a fim de compor a sua Secretaria Executiva, bem como fará sua nomeação.

Art. 15 - O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução.

Art. 16 - As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, sendo considerado serviço público relevante para a comunidade.

Art. 17 - Os casos de impedimentos e substituição dos conselheiros, bem como os motivos relevantes que possam determinar tais providências a serem apreciadas em reunião ampla, serão disciplinados pelo Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 18 - Os conselheiros e suplentes representantes do poder público municipal serão indicados de livre escolha pelo Prefeito Municipal.

Art. 19 - Os conselheiros titulares e suplentes representantes da sociedade civil organizada, serão escolhidos em fórum próprio, na forma que dispuser o seu Regimento Interno.

Art. 20 - Os conselheiros, titulares e suplentes, representantes do poder público municipal e da sociedade civil, serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e empossados pelo titular da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 21 - Serão substituídos os conselheiros que, em reuniões ordinárias, registrarem 03 (três) faltas consecutivas ou 06 (seis) alternadas não justificadas, ou por outro impedimento previsto em Lei.

Art. 22 - O apoio técnico e administrativo para o exercício das atividades do Conselho, incluindo a disponibilização de intérpretes de sinais, quando necessário, será prestado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 23 - Para o atendimento imediato das despesas de manutenção e instalação deste Conselho, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar créditos dentro do orçamento, no exercício da criação do Conselho.

Art. 24 - O Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias da data de vigência desta Lei, nomeará uma comissão provisória para administrar o Conselho e propor o Regimento Interno para as eleições de conselheiros representantes da sociedade civil no Conselho, para a nomeação prevista nesta Lei.

§ 1º Esta comissão provisória será composta de 04 (quatro) integrantes, sendo 02 (dois) indicados por entidades representativas da sociedade civil e 02 (dois) de empossados os conselheiros, na forma da Lei.

§ 2º A comissão provisória terá o prazo de 02 (dois) meses da sua nomeação para apresentar proposta do Regimento Interno para as eleições de conselheiros representantes da sociedade civil, que deverão ser realizadas no prazo máximo de 04 (quatro) meses da vigência desta Lei.

Art. 25 - O Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência, criado por esta Lei, terá a seguinte composição:

I - 05 (cinco) representantes governamentais;

II - 05 (cinco) representantes da sociedade civil;

III - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

IV - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

V - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

VI - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

VII - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

VIII - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

IX - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

X - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XI - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XII - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XIII - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XIV - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XV - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XVI - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XVII - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XVIII - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XIX - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XX - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXI - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXII - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXIII - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXIV - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXV - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXVI - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXVII - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXVIII - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXIX - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXX - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXXI - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXXII - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXXIII - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXXIV - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXXV - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXXVI - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXXVII - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXXVIII - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XXXIX - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XL - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XLI - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XLII - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

XLIII - 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

#### I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração ou termo de fomento;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

#### II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;

c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do Controle Interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração/termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de colaboração, o valor de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.3 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.4 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.5 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.6 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.7 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.8 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.9 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.10 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.11 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.12 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.13 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.14 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.15 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.16 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.17 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.18 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.19 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.20 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.21 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.22 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.23 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.24 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.25 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.26 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.27 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.

3.28 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 5.140,56 (cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), valor este transferido pelo Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS acumulados ou não na conta corrente concernente ao Programa Portador de Deficiência - PPDE.